

Peculiaridade e Dificuldade do Conceito de Idealismo Transcendental em Kant*

Juan Adolfo Bonaccini
Departamento de Filosofia da UFRN/UFRJ

RESUMO

O conceito de *Idealismo Transcendental* é aplicado por Kant para diferenciar o empreendimento da **Crítica da razão Pura** dos sistemas idealistas tradicionais. O autor analisa o conceito tentando mostrar que ele é inseparável do conceito de fenômeno e do polêmico conceito da *coisa em-si*. Feito isso, evidencia algumas das dificuldades que o referido conceito coloca a partir da análise de algumas objeções "clássicas" levantadas pelo Idealismo Alemão. Palavras-chave: Kant - Idealismo Transcendental - Fenômeno, Coisa Em-si.

1. O conceito do Idealismo Transcendental possui uma relevância toda especial no âmbito da filosofia crítica. O próprio Kant toma posição em face da tradição mediante a apresentação e a elucidação deste conceito. No entanto, ainda que implícito ao longo de toda a *CRP*¹, poucas vezes é mencionado de modo explícito. A Refutação do Idealismo (B274ss) por exemplo, não se pode entender sem o referido conceito — e no entanto o termo "Idealismo Transcendental" não aparece nela; o mesmo se pode dizer da Estética Transcendental (sobretudo do § 8), onde Kant defende a "Idealidade Transcendental" do espaço e do tempo, bem como de inúmeras passagens da Analítica

*Trabalho apresentado na 47ª Reunião Anual do SBPC - São Luiz(MA) em 10/07/1995

e da Dialética. A mesma observação cabe ainda em relação a várias passagens do prefácio, notadamente a que versa sobre a chamada “Revolução Copernicana” (B XVI-XVII) e a nota (B XXXIX - XL) que Kant acrescenta para clarificar um trecho da Refutação do Idealismo. Mesmo assim muitos intérpretes e defensores do idealismo transcendental ficariam inclinados a admitir que o conceito acima referido resume o argumento ou idéia central da filosofia crítica de Kant, independentemente de ele aparecer de modo explícito ou não. Creio que Verneaux, Paton, Allison e todo o Idealismo Alemão não se oporiam a essa assertiva².

Todavia, implicaria esta situação, para elucidar o conceito de Idealismo Transcendental, ter de reconstruir ou comentar toda a CRP ou toda a obra kantiana? Se assim fosse, seria impossível falar aqui de Kant, e até ensiná-lo em sala de aula. Mas não parece que seja assim, uma vez que podemos ler, se não a obra inteira, pelos menos a CRP, como a apresentação e o desdobramento de um único argumento. Compreender esse argumento envolveria sem dúvida o conhecimento da crítica inteira. No entanto, parece-me lícito pensar que algumas passagens dela serão mais ou menos esclarecedoras para esse fim. E que alguma ou outra obra posterior também nos pode ajudar na interpretação. Se assim for, será preciso apontar tais passagens, bem como a obra adicional capaz de auxiliar no assunto.

Existem duas passagens na primeira crítica que são bastante conhecidas e citadas pelos estudiosos de Kant. Uma delas é a crítica do quarto paralogismo tal como parece na primeira edição (A369/380). A outra é a seção sexta da Antinomia da Razão Pura (B 519/525 - A 491/497). E o texto que nos pode auxiliar, dentre os vários escritos de Kant, é o dos *Prolegômenos*. Não que seja o único, mas é um dos mais citados com relação ao tema que tratamos aqui. Sobretudo os parágrafos 13 e 49, bem como as claras observações de Kant que aparecem no Apêndice da obra em resposta à recensão de Feder e Garve.³

A questão que deve ser decidida doravante, feitas já as ressalvas e observações preliminares necessárias, é: até que ponto ou em que medida devemos nos demorar em tais passagens? Mais explicitamente, parece que devíamos resumir o que Kant diz em cada passagem, comparar por sua vez cada uma delas entre si e só então chegar a definir a peculiaridade do argumento kantiano. Apesar disso, tomaremos um outro caminho mais breve, sobretudo em função do caráter desta apresentação e do exíguo espaço de tempo que possuímos. Isto não é um ponto pacífico, pois para muitos essas

passagens não comportam apenas diferentes formulações. Muitos são os que pensam haver deslizes, imprecisões e mudanças de rumo da parte de Kant ao comparar umas às outras. Ainda assim não seria injustificado tentar recompor o argumento de Kant. Porque: 1) Kant pretendia estar dizendo o mesmo; e 2) sobretudo, porque fica claro que o contexto da discussão com “realistas transcendentais” e “idealistas empíricos” permite distinguir de maneira unívoca a idéia central de Kant.

2

O argumento de Kant é o seguinte: não conhecemos as coisas tal como elas são nelas mesmas, mas isto não significa negar sua existência.

Ora bem, como se explica esse argumento? No meu entender ele se baseia num problema, num impasse gerado pela metafísica tradicional. A partir desse problema Kant avança dois argumentos que sustentam o argumento central do idealismo transcendental. O problema parte da indiferença e do ceticismo gerados pelo dogmatismo da metafísica⁴. Com base neste pressuposto — definido por Kant como o uso da razão para além da experiência sem o exame prévio de sua capacidade⁵ — a filosofia anda em círculos, volta atrás freqüentemente e não chega a um consenso, mergulhando em contradições e desavenças⁶. O problema evidencia que a metafísica carece de um critério seguro e de um método unificado. Os dois argumentos de Kant partem disso: em primeiro lugar, a falta de um critério seguro e de um método impedem a metafísica de encetar o “caminho seguro de uma ciência”⁷, levando os interlocutores a entrarem em conflito⁸; e como os argumentos dos metafísicos se contrariam uns aos outros mas são coerentes do ponto de vista lógico, o conflito das opiniões e dos sistemas metafísicos patenteia um conflito da razão consigo mesma: uma aporia aparentemente insolúvel que conduz a própria razão a um rigoroso auto-exame⁹. Em segundo lugar, esse auto-exame revela duas coisas importantes: 1) o pressuposto dos metafísicos é que mediante a razão pura é possível conhecer as coisas tal como elas são nelas mesmas; mas isso leva a *inúmeras contradições*; 2) que mesmo desconsiderando este último aspecto não se pode deixar de ver uma falácia no procedimento dos (metafísicos) dogmáticos, pois eles pretendem obter um conhecimento a priori das coisas em-si mesmas, portanto, universal e necessário, e totalmente desvinculado da experiência, através da simples análise

dos conceitos; ocorre porém que para saber algo a priori das coisas nelas mesmas seria preciso que elas fossem dadas primeiramente numa experiência qualquer, mas assim eu não poderia saber a priori nada delas em-si mesmas, a partir de simples análise do seu conceito¹⁰. Donde, seria um *contra-senso* pretender um conhecimento a priori das coisas em si mesmas, pois, ou ele não seria a priori (e neste caso não haveria um conhecimento universal e necessário, o que contraria as ciências) ou então não seria um conhecimento das coisas em-si mesmas. Afinal, como eu poderia conhecer a priori qualquer coisa, em-si mesma, antes mesmo que ela me fosse dada? Para isso seria preciso pressupor uma "harmonia preestabelecida", ou coisas do tipo.

Mas, e se eu não conhecesse as coisas em-si mesmas; se eu as conhecesse apenas na medida em que se manifestam e as captasse segundo as limitações do meu aparelho cognitivo, de acordo com a capacidade e a estrutura de minha mente finita, incapaz de conhecer realidades últimas? Nesse caso eu poderia saber algo a priori das coisas, antes mesmo que elas me fossem dadas, embora esse saber não fosse nada pertencente a sua essência. Eis a hipótese de Kant:

"Até agora se supôs que todo o nosso conhecimento tinha de se regular pelos objetos; porém todas as tentativas de estabelecer mediante conceitos algo a priori sobre os mesmos(...) fracassaram sob esta pressuposição. Por isso, tente-se ver de uma vez se não progredimos mais nas tarefas da metafísica admitindo que os objetos têm que se regular pelo nosso modo de conhecer (conhecimento), o que concorda melhor com a possibilidade requerida de um conhecimento a priori dos objetos, que deve estabelecer algo sobre os mesmos antes de nos serem dados(...). Se a intuição tivesse que se regular pela natureza dos objetos [enquanto coisas em-si - J.A.B.], não vejo como se poderia saber algo a priori a respeito da última; se, porém, o objeto (como objeto dos sentidos) [como fenômeno - J.A.B] se regular pela natureza de nossa faculdade de intuição, então poderei muito bem representar-me esta possibilidade".¹¹

Assim, todas as tentativas que partiam do pressuposto segundo a qual somos capazes de conhecer as coisas em-si mesmas fracassaram: levaram os metafísicos a intermináveis e estéreis disputas e colocaram a própria razão em situação difícil, indecisa e abalada

pelas contradições. Além do mais, como isso fosse pouco, tornaram aparentemente impossível o conhecimento puro que elas mesmas pretendiam, visto que nada se pode saber a priori das coisas em-si mesmas.

Desse modo se explica a maneira como Kant chega a formular seu argumento: se com base na idéia de que conhecemos coisas em si mesmas fomos levados a inúmeras contradições, e se é absurdo pretender um conhecimento a priori de coisas em-si mesmas, pois não se pode conhecer a priori nada em-si mesmo, **então façamos o experimento de considerar que não conhecemos objetos que são coisas em-si mesmas, mas sim objetos que são fenômenos, aparições de coisas que nelas mesmas desconhecemos.** Isto contudo, não explica como é que se pode **afirmar a existência daquilo que se confessa desconhecer.** Dito de outro modo: entendemos como e por que Kant levanta no prefácio a hipótese do Idealismo Transcendental (cuja tese será demonstrada ao longo da CRP), mas nem por isso nos vemos obrigados a admitir sem mais que conhecemos objetos que seriam fenômenos, i.é, aparições de coisas que devemos pensar mas não podemos conhecer. Ao que parece, para resolver um impasse, Kant acaba por criar outro. Este é o parecer de Schulze, Jakobi, Fichte, Hegel e outros. As objeções destes autores podem ser resumidas basicamente em duas¹²: 1) como posso dizer que conheço os objetos se admito que não os conheço tal como eles são neles mesmos? 2) dizer que não conhecemos as coisas em-si mesmas, mas tão somente os seus fenômenos, não implicaria considerar as primeiras como sendo **causas** de minhas representações, o que constitui uma aplicação ilícita e inconseqüente da categoria da causalidade?

Ambas consistem numa acusação de inconseqüência. A primeira é feita por Hegel e aponta para a dificuldade que se cria com o conceito de coisa em-si por implica uma relativização do discurso¹³. Dizer que conheço os fenômenos implicar enfraquecer a distinção entre fenômeno (Erscheinung) e ilusão (Schein) - seria como que uma autofagia... Se eu confesso que só conheço o que aparece, mas não o que é em si, o que eu digo é o que aparece; e o que aparece é no âmbito do discurso aquilo que parece: o que não é.

A Segunda Objeção está na raiz do Idealismo Alemão e foi formulada pela primeira vez por Schulze e Jakobi contra interpretação de filosofia crítica empreendida por Reinhold. A partir dessa polêmica a objeção vai se sofisticar e se estender a Fichte, a Schelling, e

finalmente ao próprio Hegel, os quais com base nesta objeção tentaram, como Maimon, *suprimir a coisa em-si*.¹⁴

Posta a dificuldade, talvez fosse de bom alvitre rever o texto de Kant antes de aventurar qualquer posicionamento.

3. Kant começa a sexta seção da Antinomia da Razão Pura com uma passagem que se tomou no mínimo bastante conhecida. Nela define explicitamente o conceito que nos ocupa:

*“Demonstramos suficientemente na Estética Transcendental — diz Kant — que tudo que é intuído no espaço ou no tempo, portanto, todos os objetos de uma experiência possível para nós, não passam de fenômenos, i.é, meras representações que tal como são representadas, como seres extensos ou séries de mudanças, não possuem uma existência fora de nossos pensamentos e fundada em-si. Denomino este conceito doutrinal de Idealismo Transcendental”.*¹⁵

Temos agora que Idealismo Transcendental não é apenas a hipótese de que não conhecemos coisas em-si mesmas, e sim fenômenos, mas ainda a tese de que os fenômenos são **representações** de seres extensos que sofrem mudanças de acordo com séries temporais, representações de substâncias extensas interagindo e mudando através do tempo. O problema é que a passagem diz que extensão, mudança, temporalidade, substancialidade e todos os conceitos mencionados tácita ou explicitamente são também **representações**. Cabe indagar: onde fica o **representado**?

Para responder essa questão devemos ver o que se segue no texto. Para Kant “representações” ai significa “modificações de nossa sensibilidade”. Para o “realista transcendental” que Kant critica (por exemplo, Newton), são “coisas subsistentes em-si” ou, como Kant diz na Estética, “realidades absolutas”. Mudança, extensão, substância, espaço, tempo, etc., não seriam para o realista transcendental meras representações. Seriam coisas em-si mesmas. Mas, afirmar isso, dirá Kant, conduziu a inúmeras contradições. Portanto não podemos admitilo. Por outro lado, o conceito de Idealismo Transcendental não se opõe apenas ao conceito de “realismo transcendental”, mas também ao conceito do que Kant denominou por vezes “idealismo empírico”. Este “aceita a realidade própria do espaço”, diz Kant (B519), mas “nega ou,

pelo menos, considera duvidosa a existência dos seres extensos”, não concedendo “nenhuma diferença suficientemente demonstrável entre o sonho e a verdade”, aceitando todavia a realidade dos fenômenos do sentido interno no tempo. Esta postura, que às vezes é referida a Berkeley e a Descartes, assemelha-se a identifica-se ao ceticismo acerca dos sentidos, o qual para Kant nega ou duvida da existência das próprias coisas exteriores, levando ao extremo de não permitir discernir o que é sonho do que é real. Portanto tampouco pode ser admitido. No §13 dos *Prolegômenos* Kant vai acrescentar um ponto importante para distinguir o seu idealismo “transcendental” deste idealismo “empírico” ou “material”: a aceitação explícita da existência dos objetos externos enquanto coisas em-si mesmas, independentemente de nós, que são a “causa não-sensível” (B522) dos fenômenos e permitem discernir estes últimos, enquanto representações que obedecem à lei da unidade da experiência, dos sonhos e das representações ilusórias. Mas nesse sentido eles “só são reais na percepção”, na medida em que ela nos apresenta “a realidade de uma representação empírica, i.é, fenômeno”(B521-522). E com isso parece que não avançamos muito, pois eles só são reais enquanto percebidos como reais — o que aproxima Kant de Berkeley muito mais do que ele acreditava.¹⁶

Ora bem, se pensarmos na Estética poderemos lembrar que: 1) não podemos intuir e, portanto, nem conhecer nem pensar nada que não tenha duração no tempo e que não ocupe um espaço extenso; 2) que, por isso, espaço e tempo são condições unicamente sob as quais objetos podem ser intuídos; 3) que o espaço e tempo são as formas puras de sensibilidade porque condicionam a priori toda a matéria que pode ser dada aos nossos sentidos à forma espaço-temporal; e 4) que por serem espaço e tempo formas de sensibilidade, i.é, formas unicamente sob as quais seres racionais finitos podem intuir objetos, deve-se admitir que estes últimos são fenômenos e não coisas em-si mesmas. Este último é para nós, agora, o mais relevante. Porque aqui a hipótese vira uma tese: já não é uma mera asserção que se mostra possível em face da contrária. Ora sabemos que só conhecemos fenômenos e que não conhecemos as coisas tal como elas são nelas mesmas **porque somos condicionados** a vê-las e conhecê-las de acordo a nossa estrutura mental e corporal, a qual por sua vez **limita nosso alcance e condiciona o tipo de acesso a tudo que conhecemos**. Assim, enquanto o idealismo empírico ou material consistia para Kant em sustentar que os dados sensíveis são ilusões e que os corpos são irrealis, sendo sua existência duvidosa ou inde-

monstrável, e enquanto o realismo transcendental sustentava que espaço e tempo eram propriedades reais das coisas e os fenômenos coisas em si mesmas, vemos agora que a tese de Kant combina dois aspectos: 1) O idealismo transcendental, o qual em resumidas contas consiste na negação do conhecimento das coisas em si mesmas; 2) o realismo empírico, para Kant correlato necessário do primeiro, que consiste no postulado da existência das coisas em-si mesmas. Este segundo ponto é o mais polêmico porque Kant o formula defendendo a realidade empírica dos fenômenos — não das coisas em-si mesmas. Mas podemos perguntar: afinal, o que garante a “realidade” empírica do fenômeno, enquanto representação, senão a “existência” de um suporte que deve ser admitido, ainda que em-si seja incognoscível? Não basta dizer que são as leis da unidade da experiência, porque é preciso que algo seja dado para que seja reunido numa consciência de uma experiência, e o que é dado, enquanto fenômeno, remete necessariamente para uma causa “inteligível”. A melhor maneira de contornar o problema parece consistir em dizer que a coisa em si é condição¹⁷ do fenômeno — e esse sentido também harmonizaria a ambigüidade do termo “objeto transcendental” tal como aparece no terceiro capítulo da Analítica dos Princípios, onde por momentos Kant identifica à coisa em si, ao nômeno em sentido negativo e ao objeto transcendental, pensados como condição desconhecida e incognoscível.¹⁸

A tese de que só conhecemos fenômenos (“a doutrina da sensibilidade” que está na Estética Transcendental) é ao mesmo tempo a doutrina dos nômenos em sentido negativo — diz Kant — ,i.é, de coisas que o entendimento deve pensar sem esta relação com o nosso modo de intuição, (...) como coisa em-si mesmas”.¹⁹

Mas, porque o entendimento “deve pensar” nômenos? Que dever é esse?

Ocorre que quem julga é sempre o entendimento e não os sentidos, portanto ele é que decide quando há fenômenos ou ilusão, de acordo com as suas leis, que são as leis da experiência; mas como pode ele julgar corretamente se está em face de um fenômeno ou de uma ilusão, a não ser lançando mão de experiência que os sentidos fazem de um ou mais fenômenos dados? E como distinguir o fenômeno da ilusão a partir do que é fenômeno? Impossível. Parece que deve haver outro elemento para tanto. Este elemento é a coisa em-si. Resta saber, todavia, se isto, que não é senão um postulado (Paton²⁰ - *Prolegômenos*, §13/Apêndice), não configura um problema. Pois como é que um conceito-limite, que nos restringe ao âmbito de intuição sensível e nos proíbe pretender conhecer o que só poderia ser objeto

de intuição intelectual, não pode ser usado asserivamente (B310-311), e no entanto acaba por sê-lo, visto que implica uma existência real? Tudo parece indicar que devemos admiti-lo, e ponto. Mas, por quê? Não terá Hegel razão ao dizer que é um contra-senso afirmar **o que dizemos que não pode ser afirmado**? Parece que tanto Kant quanto Hegel têm boas razões para discordarem entre si.

De outra parte, é lícito objetar a Kant um uso inadequado da categoria de causalidade ao postular o conceito de uma coisa em-si? Ou melhor, basta dizer que se trata de uma condição do fenômeno ou de uma aplicação do princípio da razão suficiente (Nicholas Rescher)²¹ o ato de postulá-la? Não será que Kant está afirmando de fato a existência daquilo para o qual não possui razões lógicas como as alegadas para responder à segunda objeção? Aparentemente há duas soluções possíveis: ou Kant tem razão, ou Hegel e o Idealismo Alemão a têm. Na verdade, parece-me difícil que perante esta dificuldade seja suficiente utilizar-se de um raciocínio binário. Primeiro porque não resolve a contenda ao ponto de apaziguar ambas as partes, que têm todas duas suas razões; segundo porque face à dificuldade e à importância do problema parece ser, senão evidente, pelo menos filosoficamente mais relevante considerar que não estamos perante uma dificuldade qualquer, mas perante uma antinomia. Mais precisamente perante aquilo que os gregos chamaram de *antilogia*. Este ponto de vista nos convida a sustar as pretensões de ambas as partes e a refletir sobre os pressupostos e as implicações do problema em questão. Nesse sentido gostaria de dizer que essa terceira via me parece a mais adequada ao espírito da filosofia, bem como ao de ambas as partes em questão. Talvez ela nos aponte para a impossibilidade de proferirmos qualquer discurso sem pressupormos necessariamente **uma certa ontologia** subjacente aos critérios epistemológicos que adotamos - a qual, naturalmente, não se deixa justificar **por eles** sem incorrer em círculo. Sobre isso, porém, não podemos nos estender aqui.

São Luiz, 10 de julho de 1995

NOTAS & REFERÊNCIAS

¹ Crítica da Razão Pura (= C.R.P)

² Ver referência completa na bibliografia

³ Publicada em 19/01/1782 nas "Noticias Ilustradas de Göttingen". Veja-se R. Vermeaux. Le vocabulaire de Kant Paris. Aubier-Montaigne. 1967. pp.53/54

- ⁴ A IX - X
- ⁵ B XXXV
- ⁶ BVII / B XIV
- ⁷ Ibidem
- ⁸ B XX. Cf com B8 e B434ss
- ⁹ B 434ss.
- ¹⁰ B XXXV. Cf com B XXX. Ver também *Prolegômenos*, §§ 14,15,16.
- ¹¹ BXVI - XVII
- ¹² Na verdade seriam três essas objeções. cf. nosso artigo: "Acerca do conceito de fenômeno na C.R.P." (em preparação). Aqui, porém, não tratamos da terceira.
- ¹³ cf. *Fenomenologia do Espírito*, Introdução - (Vide referência completa na Bibliografia)
- ¹⁴ Cf. por exemplo, J. Rivelaygue. *Leçons de Métaphysique Allemande*. Paris Grasset. 1990. Vol. I, Cap. III, pp. 123ss. Ver também N. Hartmann. *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Lisboa. Calouste Gulbenkian. 1983. Cap. 1,2,3 da primeira parte e Cap. 5 da segunda.
- ¹⁵ B 518 - 519
- ¹⁶ P.F. Strawson, *The Bounds of Sense*, London, Methuen & Co. 1966. p.22
- ¹⁷ Paton, Adickes e Strawson concordariam com essa solução, mas Allison e Prauss não. Veja-se, por exemplo, H.E. Allison, *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven/London. Yale University Press. 1983. Capítulo 11. H. Seidl, "Bemerkungen zu Ding an sich und Transzendentelem Gegenstand in Kants Kritik der reinen Vernunft", in: *Kant-Studien*, 63 (1972), pp. 305-304; P.F. Strawson. *The Bounds of Sense*. London. Methuen & Co. 1966. pp. 250ss; H.J. Paton. *Kant's Metaphysic of Experience*. London/New York. Allen & Unwin. 1951. Vol. I, pp.62ss; G. Prauss. *Kant und das Problem der Dinge an sich*. Bonn: Bouvier. 1974. pp.32-43 (Apud Allison); E. Adickes. *Kant und das Ding an Sich*. Berlin: Pan. 1924. p.5 (Apud Allison).
- ¹⁸ A 372
- ¹⁹ B 307
- ²⁰ *Kant's Metaphysic of Experience*. London/New York. Allen & Unwin, 1951. Vol I. pp. 51ss / 70ss.
- ²¹ "Noumenal Causality", in: Lewis White Beck (Org.) *Kant's Theory of Knowledge*. Dordrecht: Reidel. 1974. pp. 175-183.

Erratas do artigo “Peculiaridades e Dificuldades do conceito de Idealismo Transcendental em Kant”, aparecido no número anterior (*Princípios*, Ano II n.3, jul./dez., 1995):

1) Obliterou-se a Bibliografia, que se fornece a seguir:

Allison, H.E. *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven/London: Yale University Press. 1983.

Hartmann, N. *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Tradução de José Gonçalves Belo. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1983 (2a ed.)

Hegel, G

.W.F. *Enzyklopaedie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1970. (Theorie Werkausgabe, Band 8) Vol. I A Lógica.

_____, *Phaenomenologie des Geistes*. Hamburg: Felix Meiner. 1988 (Neu herausgegeben von Hans Friedrich Wessels und Heinrich Clairmont; Gesammelte Werke, Band 9)

Jacobi, F.H.; Schulze, G.E.; Maimon, S. Et Allii. *Recepção da Crítica da Razão Pura*. Antologia de escritos sobre Kant / 1786-1844. Org. Fernando Gil. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1992.

Kant, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Felix Meiner. 1956 (hrsg. von R. Schmidt)

_____, *Werkausgabe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1968. (in Zwölf Bänden, hrsg. Von Wilhelm Weischedel) Lebrun, G. “A Aporética da Coisa em Si”, in: *Sobre Kant*. R. Rodrigues Torres Filho (org.). São Paulo: Iluminuras/Edusp. 1993., pp. 51-68.

Paton, H.J. *Kant's Metaphysic of Experience*. London/New York: Allen & Unwin. ²1951 (1a ed. 1936). II Volumes.

Rescher, N. "Noumenal Causality", in: *Kant's Theory of Knowledge*. Ed. By L.W.Beck Dordrecht (Holland): Reidel. 1974., pp. 175-83.

Rivelaygue, J. *Leçons de métaphysique allemand*. Paris: Grasset. 1990. II Tomes.

Strawson, P.F. *The Bounds of Sense*. London: Methuen & Co.1966

Seidl, H. "Bemerkungen zu Ding an sich und transcendentalem Gegenstand in Kants Kritik der reinen Vernunft", in: *Kant-Studien*, 63 (1972), pp. 306-314.

Verneaux, R. *Le vocabulaire de Kant*. Paris: Aubier- Montaigne.1967.

- 2) Todas as vezes que aparece o nome Jakobi devem ser substituídas por "Jacobi".
- 3) Na pág.99, aparece "incognocível" em vez de "incognoscível";
- 4) a nota de rodapé n. 17 contém: a) um erro de digitação e outro b) de conteúdo:
 - a) as págs. do artigo de Horst Seidl citadas são308-9ss, e não 305-4;
 - b) o erro de conteúdo é o seguinte: Allison deve ser somado ao grupo que defende implícita ou explicitamente que a coisa em si é condição do fenômeno; Prauss não. Ainda na mesma pág., houve outra obliteração; o texto correto da nota n. 18 é o que segue:

¹⁸ *A235ss/B294ss. Ver sobretudo A249, onde Kant identifica nômeno e coisa em si; A250ss; A253ss, onde o objeto transcendental é distinguido do nômeno. Em B307, porém, o nômeno em sentido negativo é identificado à coisa em si. A definição do objeto transcendental em B304 parece indicar o mesmo que o conceito de nômeno em sentido negativo, e em A366 Kant havia identificado o objeto transcendental à coisa em si; cf. com A372. Note-se ainda que o nômeno só pode ser pensado pelas categorias (não esquematizadas), portanto, a julgar por A247-8/B304-5, como objeto transcendental . Cf. Allison, op.cit. pp.242ss.*